

# “Miríades por toda a eternidade”

A atualidade de E. P. Thompson\*

Alexandre Fortes

A economia e os processos produtivos passam por profundas transformações. Setores que constituíam o núcleo do movimento de trabalhadores são varridos do mapa ou então suas condições de trabalho e de vida sofrem tamanha deterioração que se tornam irreconhecíveis. A legislação que por um longo período estabeleceu parâmetros públicos de regulamentação das relações de trabalho torna-se obsoleta e começa a ser derrubada, dando margem à precarização e aprofundando a exploração. Diante do estreitamento do mercado de trabalho formal, vastos contingentes são jogados na informalidade, e parte expressiva passa a se organizar de forma cooperativa, na qual alguns vislumbram o embrião de uma economia alternativa. Segmentos das classes médias, que há pouco faziam causa comum com as classes populares na luta democrática, abraçam com fervor o culto ao livre mercado. Aderem também a uma ideologia utilitarista que reduz a pobreza e suas desagradáveis manifestações a um problema técnico, a ser resolvido pela subordinação do Estado e da sociedade à razão instrumental, da qual se consideram, evidentemente, os representantes naturais. A Igreja tradicional, ciosa de seus ritos, hierarquia e liturgias, afasta-se definitivamente da alma dos pobres, que canalizam suas perturbadoras experiências de vida num mundo em transformação acelerada em movimentos pentecostais sublinhados por um forte tom messiânico.

Falamos da Inglaterra na virada do século XVIII para o XIX ou do Brasil na virada do XX para o XXI? A princípio, não haveria realidades mais distantes

\* As reflexões apresentadas têm origem em sessões de estudo com Antonio Luigi Negro, Fernando T. da Silva, Hélio da Costa e Paulo Fontes, iniciadas em 1991. Foram aprofundadas e atualizadas nos debates com os alunos participantes do laboratório “E. P. Thompson e a história social inglesa”, que coordenei no Departamento de História da UFRJ no segundo semestre de 2005. Quando não indicado de outra forma, as citações se referem a Thompson (1987).

entre si do que, de um lado, um centro hegemônico em ascensão numa fase de expansão material do capitalismo e, de outro, um país periférico à deriva num período de “caos sistêmico” marcado pela financeirização da economia global (cf. Arrighi, 1997). E, no entanto, *A formação da classe operária inglesa* de E. P. Thompson – obra da qual pinçamos, a título de exemplo, os fenômenos mencionados acima – permanece uma fonte inigualável de inspiração para a análise das complexas inter-relações entre diferentes âmbitos da realidade social permanentemente mutante do capitalismo e de seu impacto sobre a constituição e a redefinição das identidades de classe.

Lançado em 1963, o livro representou, como aponta Hobsbawm, a última incursão de um peso-pesado vindo de fora do mundo acadêmico em uma história do trabalho que gradativamente conquistava o seu espaço no *mainstream* universitário (cf. Hobsbawm, 1987b)<sup>1</sup>. Sintomático desse ponto de inflexão, *A formação* guarda o engajamento dos estudos sobre o movimento operário produzidos por militantes de esquerda desde o século XIX, mas, ao contrário da maior parte daquela bibliografia, se afasta do relato de caráter hagiográfico ou da história oficial e seletiva produzida sob encomenda de qualquer corrente ou organização e, portanto, sujeita à aprovação do seu comitê central (cf. Hobsbawm, 1987b; Haupt, 1985). Ao mesmo tempo, se atende plenamente às exigências do rigor acadêmico (a ponto de tornar-se um dos trabalhos historiográficos mais citados do século XX), seu tom literário e sua narrativa heterodoxa cativam até mesmo os leitores nada familiarizados com o cipoal de personagens, fatos e processos peculiarmente ingleses com o qual Thompson pouco a pouco constrói sua teia. Na verdade, é necessário embrenhar-se junto com o autor nessa especificidade para, pouco a pouco, identificar os elementos que tornaram esse trabalho objeto de interesse universal.

No que reside essa perenidade da obra de Thompson, esse frescor de um trabalho de mais de quarenta anos? O autor oferece uma boa pista aos leitores que, entre maravilhados e exaustos, alcançam a última página do terceiro volume (*A força dos trabalhadores*), ao comentar a derrota do duplo movimento de resistência – de românticos e artesãos radicais – à “enunciação do Homem aquisitivo”: “No fracasso em se chegar a um ponto de junção entre as duas tradições, algo se perdeu. O quanto foi, não podemos saber com certeza, pois estamos entre os perdedores” (Thompson, 1987, v. III, p. 440).

Ou seja, não nos é mais possível conceber como teria sido o mundo se a utopia do mercado auto-regulável – essa monstruosidade oitocentista cuja gênese e conseqüências devastadoras foram dissecadas por Polanyi (cf. Pola-

1. Na página 18, Hobsbawm refere-se a *A formação* como um “trabalho não-universitário de peso [...], pois Thompson o produziu enquanto era professor de educação de adultos do movimento operário”.

nyi, 1980) – tivesse sido derrotada no nascedouro. Mas a identificação com uma cultura política desenvolvida em contraposição à “tendência inata do capitalismo a reduzir todas as relações humanas às definições econômicas” (Thompson, 2001, p. 167) permanece como elemento definidor da identidade de um amplo espectro de atores sociais, forças políticas e núcleos de pensamento crítico, que vão muito além do recorte tradicional da “classe operária”. É assim, por exemplo, que – ao buscar uma definição positiva do que foi alcunhado pela mídia “movimento antiglobalização” – Naomi Klein identifica o resgate dos *commons*, ou seja, dos bens coletivos não comercializáveis, como elemento unificador de uma ampla diversidade de lutas espalhadas pelo mundo atual:

Estudantes norte-americanos estão chutando a propaganda para fora das salas de aula. Ambientalistas e *raverseuropeus* estão organizando festas em cruzamentos movimentados. Camponeses tailandeses estão plantando vegetais orgânicos em campos de golfe hiper-irrigados. Trabalhadores bolivianos estão revertendo a privatização do seu abastecimento de água (Klein, 2001, p. 82).

Essa abordagem possibilita identificar esses movimentos como um novo ciclo de um processo histórico de resistência que, como o próprio termo *common* indica, remontam à defesa dos direitos a pastagens e florestas de uso comum contra os cercamentos – cuja implementação consolidou a propriedade privada da terra na Inglaterra. Esses movimentos contra-hegemônicos – cujo estudo Thompson demonstrou ser tão necessário à compreensão do processo histórico quanto o dos hegemônicos –, mesmo quando aferrados à defesa de direitos e práticas tradicionais, transmutam o significado político deles e aprofundam o desequilíbrio das formas de hegemonia estabelecidas, pela própria autonomia política que conquistam com suas lutas. Apesar de sua aparência freqüentemente “retrógrada”, portanto, esses movimentos, assim como ocorre com os ludditas do século XIX, que o autor resgata da “imensa condescendência da posteridade”, buscam na verdade “uma comunidade não tanto paternalista, mas democrática, na qual o crescimento industrial seria regulado segundo prioridades éticas e a busca do lucro se subordinaria às necessidades humanas” (Thompson, 1987, v. III, p. 123).

O livro inovou definitivamente a análise das origens da classe operária, ao nela incluir dimensões como religiosidade, sociabilidade, cultura, atitudes populares diante da lei, e ao analisar a constituição de valores e expe-

riências comuns a partir da integração conflitiva entre diversas vertentes e práticas políticas, sem se restringir, como fizera a historiografia fabiana (e mesmo parte da ortodoxia marxista), à busca de uma genealogia de “antepassados sóbrios e respeitáveis” da política trabalhista e de esquerda contemporânea<sup>2</sup>.

2. Esse tópico aparece pela primeira vez no v. I, pp. 54-55, no qual Thompson discute as limitações da tradição “secularista” apontada por Hobsbawm como veio principal das raízes do movimento operário. Isso explica o peso decisivo que a análise da religiosidade popular assume ao longo de todo o livro. No v. III, p. 147, Thompson aprofunda a crítica à versão “moderada e respeitável” do movimento pela reforma construída por seu principal arquivista, Francis Place, antigo jacobino que se tornou um reformador benthamista, versão essa que fora incorporada de forma acrítica nos trabalhos de Sidney e Beatrice Webb.

Nas últimas décadas, a obra foi objeto de uma recepção apaixonada e gradativamente obteve repercussão mundial. A edição brasileira, por exemplo, saiu apenas 24 anos depois da original, resgatada da circulação restrita do original em inglês nas décadas anteriores. A publicação pode ser vista como uma conseqüência direta da implosão das teses da passividade inata da classe operária brasileira – celebrizadas no pós-1964 pela escola sociológica de São Paulo – sob o impacto da expansão do novo sindicalismo. Paralelamente, o trabalho de Thompson sobreviveu a uma ampla e diversificada gama de críticas, providas de abordagens cujo aspecto inovador, em geral, rapidamente esvaneceu.

Em alguns casos, as cobranças denotavam a incompreensão ou a falta de disposição em aceitar a redefinição dos termos com que a obra situava a questão da formação de classe. Perry Anderson, por exemplo, cobra a inexistência no livro de uma estimativa global sobre o número de operários na Inglaterra do período (cf. Anderson, 1985), desconsiderando que, para Thompson, classe é a *relação* de desigualdade a partir da qual grupos de seres humanos concebem os seus interesses coletivos em contraposição aos de outros, não a *soma* desses indivíduos, cujas *posições* na estrutura social, afinal de contas, são muito mais instáveis do que pressupõe muitos modelos sociológicos. Anderson questiona o que considera ser as três teses centrais do livro: a *co-determinação* (ou seja, a idéia de que a classe “formou-se tanto quanto foi formada”), a *consciência como critério de definição de classe* e a *conclusão* (ou seja, a idéia de que a classe operária inglesa já estava “em certo sentido” formada em 1830). Para ele, o fato de Thompson não tomar como objeto de análise a própria revolução industrial, que aparece na obra “apenas como um pano de fundo”, tornaria impossível até mesmo a demonstração da primeira tese, sobre a qual estariam sustentadas a segunda e a terceira.

Essa crítica alimenta o preconceito relativamente comum que atribui a *A formação* o caráter de especulação puramente qualitativa, visão que não resiste a um exame cuidadoso do segundo volume (*A maldição de Adão*). Nele, Thompson realiza o minucioso trabalho de desmonte das metodologias quantitativas tradicionais por meio das quais os historiadores econômicos buscaram, a partir da década de 1920, estabelecer modelos que suposta-

mente provariam, contra as esmagadoras evidências contemporâneas, uma melhora global do padrão de vida dos trabalhadores durante a revolução industrial. Mais do que isso, partindo da crítica das fontes utilizadas e das extrapolações indevidas presentes em alguns daqueles trabalhos, estabelece bases alternativas de estimativa sobre a composição quantitativa de importantes segmentos de trabalhadores<sup>3</sup>, bem como de sua evolução ao longo das décadas e distribuição regional, fornecendo um quadro muito mais nuançado e preciso dos impactos diferenciados das transformações econômicas e tecnológicas do que o geralmente obtido de médias nacionais altamente arbitrárias<sup>4</sup>. É apenas após essa desconstrução das bases supostamente “científicas” dos estudos meramente quantitativos que o autor sintetiza de forma brilhante sua defesa da análise qualitativa: “É perfeitamente possível que médias estatísticas e experiências humanas conduzam a direções opostas” (Thompson, 1987, v. II, p. 37).

A crítica feminista também foi implacável com *A formação*, cujo autor posteriormente cometeu ainda a temeridade de escrever de uma perspectiva relativista sobre o ritual de “venda de esposas” no século XVIII (cf. Thompson, 1993). Thompson, em alguns casos, aceitou e concedeu. A fórmula “classe acontece quando os homens articulam seus interesses entre si e em oposição a outros” foi reformulada em trabalhos posteriores para “classe acontece quando os homens *e as mulheres* articulam seus interesses entre si [...]”. Para Joan Scott, entretanto, esse estava longe de ser o principal problema. Thompson, na sua epopéia, argumenta ela, reservou às mulheres papéis marginais, como o de bordadeiras dos estandartes do movimento pela reforma política, ou, pior, o lugar de encarnação da irracionalidade, como no milenarismo de Joanna Southcott (cf. Scott, 1999)<sup>5</sup>.

Sem dúvida, uma releitura de qualquer trabalho de história social anterior à luz do desenvolvimento do conceito de gênero ocorrido a partir do final da década de 1960 revela facilmente uma série de limitações. Se uma vasta gama de diversidades (regionais, ocupacionais, culturais etc.) é analisada no livro como parte fundamental do processo de constituição de classe, a dinâmica estabelecida entre os lugares socialmente construídos de homens e mulheres de fato não desempenha nele um papel central. Entretanto, daí a assumir que a metodologia thompsoniana seja incompatível com a plena incorporação da relação entre gênero e classe, ou, ainda pior, a considerar que o próprio modelo narrativo da obra, derivado do poema épico, seria inextricavelmente sexista – como faz Scott –, há uma evidente extrapolação. Basta a releitura do balanço crítico feito por Thompson do próprio

3. Para uma discussão sobre o problema da quantificação dos tecelões manuais no início do século XIX, por exemplo, ver o v. II, pp. 173-177.

4. Na crítica à avaliação de Clapham sobre o impacto social e econômico dos cercamentos na Inglaterra, por exemplo, Thompson aponta a mistura de regiões onde esses processos ocorreram e não ocorreram, levando a uma “diluição estatística, não ao cálculo de uma média”. Ver v. II, pp. 39-43.

5. Para uma análise mais detida sobre o movimento dos southcottianos, um dos segmentos que Thompson proclamou, no prefácio do livro, pretender resgatar da “imensa condescendência da posteridade”, ver v. II, pp. 266-273.

debate sobre a questão feminina no movimento pela reforma política do início do século XIX para dissipar essa percepção (Thompson, 1987, v. II, p. 305).

Autores como Gareth Stedman Jones (1983), William Sewell (1980) e Patrick Joyce (1991) criticaram Thompson e, em muitos casos, refutaram suas conclusões, por considerarem que o autor ignorara o peso determinante da linguagem nos processos sociais e tomara equivocadamente movimentos “populistas” como expressão de uma consciência de classe num momento histórico em que os termos para a sua formulação não estariam ainda disponíveis. Stedman Jones, entretanto, reconheceu posteriormente que o potencial renovador do chamado *linguistic turn* levou a um beco sem saída teórico, sob a hegemonia de interpretações derivadas dos trabalhos de Michel Foucault e Jacques Derrida (cf. Jones, 1996).

Eric Hobsbawm e Edward Thompson mantiveram relações reciprocamente respeitadas, apesar das opções distintas que ambos adotaram após o XX Congresso do PCUS e a invasão soviética da Hungria em 1956, quando o primeiro foi o único integrante de destaque do grupo de historiadores a permanecer filiado ao Partido Comunista da Grã-Bretanha. A cordialidade, portanto, marcou a polêmica sobre a periodização adotada para o surgimento da classe operária inglesa, que o primeiro situou no período de 1870 e 1920 – portanto quase um século depois do período estudado por Thompson –, no qual uma classe centralmente fabril, segregada em bairros próprios e integrada à nascente cultura coletiva de massas, teria estabelecido um modelo cultural estável e duradouro, com reflexos na sua afiliação corporativa e na opção esmagadora pelo Partido Trabalhista (cf. Hobsbawm, 1987a; 1987c)<sup>6</sup>.

Mais recentemente, outro tipo de abordagem questiona a possibilidade de aplicação das análises thompsonianas em contextos culturais não-ocidentais. Dipesh Chakrabarty, retomando seu próprio trabalho sobre os tecelões de Bengala, critica o fato de tê-lo iniciado com uma alusão à “lembrança de tempos passados” dos tecelões ingleses, mencionada no segundo volume de *A formação*. Influenciado por Thompson, argumenta, havia subestimado a profunda diferença entre a Índia e a Inglaterra, um universo cultural laicizado, no qual o trabalho pode ser considerado como um âmbito da esfera social claramente diferenciado da religião e do sobrenatural. Ao tentar enquadrar o seu “caso” indiano numa metanarrativa global da “história do trabalho” que pressupõe um tempo histórico homogêneo, paralelo e inanimado, avalia, desrespeitara a necessidade de encarar a experiência dos

6. O debate foi analisado em Negro (1996). Para uma retomada da extensa bibliografia sobre a relação entre formação de classe e cultura, assim como sobre a periodização da formação da classe operária inglesa, ver Savage (2004) e Kirk (2004).

trabalhadores “subalternos” nos seus próprios termos, reproduzindo inadvertidamente a lógica colonial (cf. Chakrabarty, 1997).

Proclamar a atualidade d’ *A formação* não significa ignorar a relevância de muitas dessas críticas (e mesmo a pertinência de algumas delas), nem desconsiderar que, como ocorre com qualquer clássico, é possível identificar no livro limitações decorrentes de opções metodológicas ou de análises datadas.

Entretanto, o que chama a atenção é que, apesar da recusa de Thompson a qualquer teorização conclusiva e de sua defesa do papel determinante da pesquisa empírica, o livro tornou-se conhecido pelas referências exaustivas – feitas tanto por entusiastas como por detratores – a uma meia dúzia de fórmulas (“a classe operária estava presente ao seu próprio fazer-se”, “classe acontece quando os homens articulam seus interesses entre si e em oposição a outros”, temos que resgatar a história dos trabalhadores da “enorme condescendência da posteridade” etc.), geralmente extraídas do seu curto prefácio. Ao contrário, se defendemos que a leitura d’ *A formação* continua atual e relevante para a análise de problemas que vão muito além do seu objeto específico, é porque acreditamos que, em vez da busca de uma “essência” da abordagem thompsoniana por detrás dessas palavras de ordem, é a estrutura narrativa do livro que devemos adotar como chave para compreender o método do autor.

Enfrentando temerariamente o risco do reducionismo, esboçamos nos próximos parágrafos uma resposta à pergunta: “Que história nos conta *A formação da classe operária inglesa?*”<sup>7</sup>.

No final do século XVIII, sob o impacto do descontentamento interno e da Revolução Francesa, constituem-se na Inglaterra clubes jacobinos que estabelecem as raízes da proposta de participação democrática na política, ao se proporem a organizar “um número ilimitado de membros”<sup>8</sup>. Tendo em seu núcleo artesãos altamente qualificados, esses clubes serão ao mesmo tempo a primeira expressão da tradição que estabelecerá o modelo predominante para as organizações operárias pelos 150 anos seguintes: financiamento por meio de baixa contribuição voluntária periódica, rodízio e igualitarismo na condução dos trabalhos, combinação de pontos conjunturais e discussões políticas “de fundo” na pauta etc. Essa experiência inovadora de minorias irá se tornar o embrião de uma nova força social que viria a redefinir o cenário político inglês cerca de quarenta anos depois.

Entre os dois momentos, porém, a trajetória do radicalismo popular cruzaria com diversos outros processos que operavam profundas transformações no tecido social inglês. A tradição de dissidência religiosa, cujo auge

7. Seguimos a partir daqui, de forma aproximada, a ordem dos capítulos que integram os três volumes do livro.

8. Para uma versão atualizada da relação entre o desenvolvimento da esquerda como força política autônoma em relação aos liberais e o avanço da democracia na Europa do século XIX, ver Eley, (2005), cap. 1 a 4, pp. 41-113.

histórico se situara no período da Revolução Inglesa do século XVIII (cf. Hill, 1987), vivia um novo momento, com a ascensão do metodismo, que, com todas as suas contradições internas e seu forte pendor conservador, ainda assim se torna o grande canal de processamento das experiências psíquicas vividas pelos pobres diante da destruição do seu modo de vida tradicional no processo de desregulamentação que antecede a Revolução Industrial, além de uma importante via de resgate da auto-estima, de acesso à alfabetização e de difusão de métodos organizativos.

O ímpeto disciplinador dos metodistas, porém, refletia paradoxalmente o vigor da cultura popular (as “fortalezas de satanás” dos jogos, bailes e tavernas, por exemplo), com seus espaços autônomos de sociabilidade que, embora conflitivos e plurais, possibilitavam o desenvolvimento de fortes noções de coletividade e a formulação de valores diferenciados dos padrões oficiais, como podia ser percebido na atitude popular diante da lei e do crime. A turbulência eventual da multidão, entretanto, era parte da engrenagem de um sistema de hegemonia baseado no constitucionalismo. Isso definia tanto os potenciais do radicalismo popular – como a teoria do direito do “inglês livre de nascimento” – quanto os seus limites – como a sacralização da monarquia e, de forma subjacente, de toda hierarquia social –, apenas quebrados quando o debate entre o republicanismo exaltado de Tom Paine e o conservadorismo visceral de Edmund Burke deslocou o eixo do debate político, trazendo para o primeiro plano as concepções ligadas ao direito natural.

Foi nessa inflexão que as turbas “Igreja e Rei” começaram a ceder lugar à mobilização jacobina, enfrentada com todo o rigor da repressão. O jacobinismo inglês, entretanto, logo se desarticulou, desorientado pela dimensão assumida pelo terror revolucionário e, posteriormente, isolado pelo patriotismo popular diante da guerra com a França. A retração das décadas seguintes ocultava, porém, fortes elementos de continuidade subterrânea, em meio à qual a tradição revolucionária se bifurcava entre um ramo conspirativo e uma vertente que apostava no potencial subversivo dos centros fabris emergentes, levando a uma mudança na base social do radicalismo.

Mapeada a complexidade constitutiva da nova cultura política em meio à qual os trabalhadores viriam a forjar sua identidade de classe, é no volume II (*A maldição de Adão*) que Thompson se detém na análise das transformações vividas pelo mundo do trabalho no período. Intervindo de forma apaixonada na polêmica do padrão de vida durante a Revolução Industrial, contesta o revisionismo “otimista” em defesa da percepção contemporânea da destruição violenta de um modo de vida tradicional num período de



exploração e opressão política (suspensão do *habeas corpus*, *combination acts* etc.). Mais ainda, por meio do resgate de um conjunto de documentos excepcionais, como a agora célebre declaração do “oficial fiandeiro de algodão”, publicada no jornal radical *Black Dwarf* em 1818, demonstra como a percepção da experiência histórica do período nos termos de uma análise de classes vinha sendo já formulada por lideranças de trabalhadores muito antes de o marxismo sistematizar teoricamente essas formulações (cf. Thompson, 1987, v. II, pp. 23-27).

Thompson inicia sua análise dessas transformações examinando três grupos de trabalhadores marcados pelo enfrentamento com dimensões diversas e complementares das transformações do capitalismo do período. Enquanto os trabalhadores rurais confrontavam-se com a degradação imposta pelo novo ciclo de cercamentos, os artesãos defendiam a dignidade dos seus ofícios contra o movimento de derrubada do Estatuto elisabetano (que regulamentava, entre outros itens, aprendizado, preços e processos produtivos), que conduzia à sua subordinação unilateral ao mercado e, em muitos casos, ao seu próprio desaparecimento.

Já os tecelões digladiavam-se com a complexidade das inovações tecnológicas, de impacto claramente diferenciado, seja entre a fiação e a tecelagem, no âmbito dos diferentes setores do ramo (lã, algodão e seda), seja ainda no âmbito dos diferentes processos produtivos no mesmo setor (por exemplo, entre lã cardada e lã penteada). Porém, como Thompson demonstra claramente, essa diversidade, e a possibilidade de em meio a ela pinçar alguns casos favoráveis à visão “otimista”, não pode ocultar uma tendência geral no sentido da concentração da propriedade da matéria-prima, da comercialização dos produtos e dos meios de produção, vivida pelas comunidades tecelãs como a destruição de uma cultura centenária, num processo de proletarianização acelerada sem o estabelecimento de qualquer tipo de mecanismo compensatório.

O quadro das condições de vida do período é complementado com análises sobre as condições de habitação, de saúde, e com um reexame cuidadoso da questão do trabalho infantil. É com base nessa descrição multifacetada das mudanças sociais em curso no período que Thompson se indaga sobre o processo de reconstrução de noções de comunidade entre os trabalhadores. Constituir-se numa comunidade nacional aberta aos pobres seria, por exemplo, uma das explicações para a continuidade da adesão ao metodismo, mesmo diante da sua crescente institucionalização. A expressão plena dessa relação entre transformação no caráter dos laços comunitários e fervor reli-

gioso, entretanto, poderia ser mais facilmente percebida na erupção ocasional de movimentos milenaristas mais localizados. De forma mais ampla, esse processo perpassaria os padrões de relacionamento pessoais, familiares e de gênero, gerando rituais de reciprocidade e mutualidade nos quais os trabalhadores construiriam a única noção de comunidade possível sob o capitalismo industrial: aquela estabelecida entre eles mesmos, em oposição aos patrões e ao trabalho.

O terceiro volume d’*A formação* pode ser visto, portanto, como a retomada da narrativa sobre o desenvolvimento do processo político-cultural cujos primórdios foram examinados no volume I, sobre a base do adensamento na compreensão da história social do período proporcionado pelo volume II.

Ele se abre com o estudo do “bastião radical” de Westminster, distrito que cerca o próprio parlamento inglês, no qual a existência de um direito de sufrágio mais amplo, de uma tradição populista anterior (“Wilkes e liberdade”) e de um núcleo organizador herdado do jacobinismo (encabeçado por Francis Place) possibilitou que o movimento pela reforma política fosse canalizado pela via da participação parlamentar. Os avanços nas eleições locais e o papel de referência nacional dos tribunos radicais de Westminster, entretanto, foram detidos, entre outros fatores, pelo próprio impacto da evolução do processo francês. Os antigos jacobinos ingleses, desgastados com o terror, ficaram totalmente desorientados com o consulado e chegaram à decepção final com a proclamação do Império napoleônico, já que, nas próprias palavras de Tom Paine, o princípio hereditário constituía-se na síntese de tudo o que os radicais negavam<sup>9</sup>.

9. Há aqui um paralelo evidente com a situação dos comunistas ocidentais diante da evolução do processo revolucionário soviético que certamente não escapou a Thompson, que liderara a dissidência dos historiadores do PC inglês poucos anos antes do lançamento do livro.

Paralelamente, o autor reconstrói a continuidade da tradição clandestina conspirativa, indicada de forma simbólica pela presença de Jeremiah Brandeth em meio à multidão que, durante a execução do coronel Despard, em 1803, vociferava contra o carrasco quando ele proclamava: “Eis a cabeça de um traidor”. Brandeth seria a vítima quando a mesma cena viesse a se repetir em 1817. A análise crítica de documentação policial e judicial serve de base a uma ampla demonstração do impacto das leis repressivas sobre o radicalismo político e sobre o próprio sindicalismo. Enquanto Londres proporcionava algum espaço para a ação política aberta, um “núcleo duro” semiclandestino formava-se nas províncias do Norte. Com base na reconstituição desse contexto, Thompson desmonta as leituras caricatas do fenômeno ludista, caracterizando-o como um movimento insurrecional de base comunitária que, na sua face legal, se mostrava capaz de formular petições

ao parlamento e propostas de legislação (como a criação de um salário-mínimo), enquanto de outro lado desenvolvia um processo de organização militar de dimensões bastante superiores ao que geralmente se supõe. A legitimidade popular do movimento, porém, sofreu um súbito retrocesso quando a radicalização da ação direta conduziu à quebra de limites éticos comunitários, como o assassinato premeditado de um patrão em plena luz do dia.

Thompson dedica-se igualmente ao exame do papel de oradores e jornalistas na articulação nacional do movimento pela reforma política, indicando como as leis repressivas alimentavam a dependência em relação a eles, diante da impossibilidade de uma organização nacional aberta. A futilidade dos “demagogos” contrastava com a disposição para o sacrifício dos “mártires” enraizados na tradição clandestina, mas ambas indicavam as fragilidades do radicalismo popular. Após o incidente de Peterloo, em 1819, no qual uma multidão pacífica foi massacrada pela milícia de Manchester, composta em grande medida por filhos de industriais, consolida-se finalmente um movimento nacional de massa, com crescente organização autônoma, claramente diferenciado da classe média pelos próprios limites de inclusão ao direito de voto que a lei da reforma cuidadosamente traçou, culminando uma operação bem-sucedida de abortamento de um movimento potencialmente revolucionário.

A consciência de classe que emerge desse processo é vista por Thompson, antes de tudo, como uma cultura popular particularmente vigorosa, calcada na tradição de autodidatismo e auto-aperfeiçoamento dos artesãos. O autor discorre sobre a composição das bibliotecas radicais e sua importância, ao lado da imprensa radical e sindical – defendida heroicamente por editores e livreiros, em sua luta pela liberdade de imprensa –, na formação das novas lideranças e na constituição de um imaginário político operário. Uma cisão irreconciliável consolidava-se no seio do iluminismo inglês, contrapondo de um lado a difusão da “razão” entre “um número ilimitado de membros” e, de outro, o reformismo utilitarista que já então, por meio de Bentham e Malthus, se transformava num componente-chave da ideologia dominante ascendente.

A força do owenismo como primeiro movimento de massas da nova classe trabalhadora viria da sua capacidade de oferecer, pela primeira vez, um programa de ação e o vislumbre de uma sociedade alternativa. Owen, ao contrário da maior parte dos reformistas, teria o mérito de não se ater aos limites do racionalismo, mantendo acesa a chama do milenarismo. Nas

palavras de Thompson, ele “jogou o manto de Joanna Southcott ao ombro” (1987, v. III, p. 388). Mas foram a apropriação e a reelaboração do owenismo pelos trabalhadores que o levaram muito além das limitações do seu mentor. Derrotados no seu primeiro grande embate, argumenta Thompson, os trabalhadores da Revolução Industrial não deveriam ser vistos apenas como “miríades de eternidade perdida”, mas antes de tudo ser lembrados pelo seu incontestável legado positivo: “Nutriram, por cinquenta anos e com incomparável energia, a Árvore da Liberdade. Podemos agradecer-lhes por esses anos de cultura heróica” (Thompson, 1987, v. III, p. 440).

Após essa sucinta descrição, sentimo-nos aptos a reforçar nosso argumento central: *A formação* permanece instigante, entre outros motivos, por *não* oferecer uma teoria das classes sociais e por *não* apresentar os trabalhadores como sujeitos predestinados da redenção da humanidade, mas sim por oferecer uma narrativa na qual seres humanos explorados e oprimidos por forças econômicas e políticas avassaladoras vivenciam a destruição do seu modo de vida e dos seus valores e, por vias diversificadas e não raro contraditórias, pouco a pouco constroem uma nova cultura, estabelecem sua presença coletiva e diferenciada como um novo divisor de águas no cenário nacional de uma potência capitalista hegemônica e legam à posteridade valores políticos revolucionários de impacto duradouro.

Entretanto, se Thompson rompe definitivamente com a visão determinista e teleológica sobre o papel histórico do operariado, isso não significa que adote uma perspectiva historicista. Nem que – como ocorre com certo multiculturalismo pós-moderno dos tempos neoliberais – compreenda a classe apenas como uma das “identidades” que os “indivíduos” poderiam escolher entre várias outras (de gênero, etnia etc.), como quem percorre as prateleiras de um supermercado. Para Thompson, a emergência do operariado como novo sujeito político e social foi *determinada* pelo desenvolvimento do capitalismo inglês. Não na forma mecanicista da ortodoxia marxista, que imaginou ser possível tomar a estrutura produtiva como dado naturalizado preexistente e dela deduzir o caráter das classes sociais, mas sim no sentido atribuído à idéia de determinação por Raymond Williams, em que as transformações estruturais, inclusive as de âmbito cultural, estabelecem limites e exercem pressões que definem o enquadramento dos processos sociais, no interior dos quais seres humanos concretos (e *não* classes) fazem a história a partir de escolhas e apostas conscientes, embora atuem em condições pelas quais não optaram e por meio de processos cujos desdobramentos escapam ao seu controle (cf. Williams, 1979; Thompson, 1981).

É nesse sentido que, para Thompson, a Revolução Industrial (conceito que ele raramente utiliza) não é um fato anterior ao surgimento da classe operária. Ao contrário, a própria possibilidade de utilização da máquina e das energias inanimadas como instrumentos para a aceleração ilimitada da produtividade, bem como a redução do trabalho a um fator de produção a ser regulado por leis de mercado, foram o resultado da derrota dos movimentos de trabalhadores nos conflitos sociais, políticos e culturais do período. Foi portanto nesse mesmo processo, e não após o ingresso de uma massa amorfa e sem passado nas “Usinas de Satã”, que se forjou a classe operária no sentido dado ao termo pelo século XIX: a consciência de valores e interesses comuns que articulavam uma imensa diversidade de experiências concretas dos diferentes grupos de trabalhadores e a ela se sobrepunham, tendo como espinha dorsal movimentos que buscavam expressá-los e articulá-los em âmbito nacional (e até mesmo internacional) e como base de sustentação uma cultura popular muito mais ampla e profunda.

Daí, portanto, o aspecto paradoxal da história inglesa do período, ao mesmo tempo tão peculiar, no seu enredamento em movimentos de reforma e contra-reforma envoltos no manto da tradição, e tão universal, como palco das lutas que viriam a definir o caráter do capitalismo industrial. Paradoxo esse que foi explicitado por Polanyi (1980), ao explicar por que um estudo sobre as origens da crise da década de 1930 precisava revolver as minúcias do sistema de assistência aos pobres da Inglaterra elisabetana e de sua destruição nas primeiras décadas do século XIX, mas que Thompson aparentemente considerava óbvio demais para exigir explicações. Afinal de contas, era evidente que rever a trajetória histórica da classe operária inglesa era, ao mesmo tempo, rever a experiência mais avançada sobre a qual Marx e Engels tinham construído sua teorização sobre as classes sociais e seu papel na história, num processo que o primeiro explicou, por analogia ao método de Darwin, como a possibilidade de melhor compreender a anatomia do macaco a partir da anatomia do homem, e não o contrário<sup>10</sup>.

Portanto, surpreende que a profunda similaridade entre *A formação da classe operária inglesa* e *A grande transformação* tenha em geral recebido pouca atenção. Trata-se, em primeiro lugar, de dois empreendimentos intelectuais de combate precoce ao neoliberalismo. Polanyi, nas batalhas ideológicas de redefinição da ordem internacional a partir do final da Segunda Guerra. Thompson, no desmonte da leitura “revisionista” sobre a Revolução Industrial capitaneada por Hayek, Ashton e Clapham, cujas profundas implicações para a política do mundo da Guerra Fria ele pareceu compreender mais

10. Para uma análise perspicaz da relação entre Marx e Darwin, ver Thompson (2001), pp. 117-131.

11. O impacto das críticas de Thompson ao marxismo ortodoxo faz com que muitos não percebam que a principal polêmica historiográfica do livro, de fato, é travada com a coletânea *Capitalism and the historians* organizada por Hayek (Hayek, 1954). Ver, por exemplo, v. II, p. 36.

12. Thompson, embora reconheça o papel fundamental de Owen em reintegrar a perspectiva utópica milenarista ao movimento operário, considera mais adequado classificá-lo como “o último aristocrata filantropo” do que “o primeiro pensador socialista”. Ver v. III, pp. 380-411, particularmente na p. 388: “Por mais admirável que Owen fosse como pessoa, era um pensador absurdo e, ainda que tivesse a coragem dos excêntricos, era um líder político novo”.

cedo que a maior parte da esquerda britânica<sup>11</sup>. Polanyi, da perspectiva peculiarmente inglesa de um “socialista Tory” que, ao mesmo tempo que não teme defender o papel da monarquia no retardamento (ou regulação) do desenvolvimento capitalista até o século XVIII, toma Robert Owen como um herói visionário, cuja crítica de base ética ao livre-mercado considera superior à marxista (cf. Polanyi, 1980, pp. 167-179)<sup>12</sup>. Thompson, se autodefinindo como um representante da tradição minoritária do “socialismo humanista”, que vê em Marx o exemplo primordial de engajamento na luta pelo desmonte do aparato ideológico erguido pela economia política liberal, mas, ao mesmo tempo, reconhece o quanto esse combate frontal e sem tréguas levou ao enredamento nas premissas do inimigo hegemônico (caráter universal da motivação pelo interesse material, aceitação da economia como uma instância dissociada e determinante em relação ao todo social etc.).

Guardadas as diferenças de perspectiva, a convergência, que em certo sentido reproduz a aliança entre conservadores nostálgicos e reformadores vinculados ao operariado no próprio século XIX, pode ser notada até mesmo nos marcos adotados por ambos para identificar o “nascimento” da classe operária. Para Thompson, ele teria se dado em 1832, com a reforma eleitoral restritiva que incorporou a classe média – já então em grande medida convertida ao *laissez-faire* e ao utilitarismo benthamista – ao direito de voto, afastando-a definitivamente do movimento de trabalhadores. Para Polanyi, viria a ocorrer em 1834, com a derrubada do sistema de Spee-mhanland e a adoção da Poor Law Amendment, que criaram as condições para o estabelecimento de um mercado de trabalho nacional. Trata-se, na verdade, de momentos complementares que definem uma mesma conjuntura, na qual se conclui o movimento de quebra dos mecanismos de regulação que protegem as “falsas mercadorias” de Polanyi (terra, trabalho e moeda) do intento fundamentalista de subordinação do conjunto da sociedade aos desígnios do livre-mercado e da busca do lucro como princípio absoluto de ordenamento social.

Polanyi e Thompson coincidem na recusa em aceitar a naturalização dessas teses vencedoras e no resgate da crítica contemporânea que as denunciava, não por qualquer tradicionalismo cego, mas pela indignação ante os efeitos desumanos concretos da sua aplicação. Mais ainda, convergem ao identificar justamente nesse movimento contra-hegemônico do período, inicialmente derrotado, valores e concepções muito mais universais. Para Polanyi, a “auto-defesa da sociedade”, que a partir de 1870 teria brecado a expansão ilimitada do livre-mercado, levando ao seu funcionamento imperfeito e, diante da re-

sistência do grande capital a saídas democráticas para a crise, criando as condições para a emergência do fascismo. Para Thompson, a “árvore da liberdade” presente como promessa de democratização da política no jacobinismo, que teria encontrado no movimento operário em formação um sujeito histórico disposto a levá-la a suas últimas conseqüências.

É por isso que Thompson inicia sua epopéia sobre a formação da classe operária inglesa enfocando a “forma plebéia de fazer a revolução burguesa” (ou de lutar por ela), que já encantara Marx e Lênin. Clubes jacobinos como a “Sociedade Londrina de Correspondência”, à qual dedica o primeiro capítulo do primeiro volume (cf. Thompson, 1987, v. I, pp. 15-23), embora não pudessem ser definidos como organizações “de trabalhadores”, eram ferramentas de luta política que, ao se abrirem à presença de artesãos e possibilitarem a articulação da sua tradição organizativa, orgulho profissional e demandas corporativas com princípios políticos de caráter mais universal, estabeleceram as condições para o que viria a ser chamado no século XIX de social-democracia: a combinação das lutas em defesa da ampliação dos canais de participação política com a reorientação do sentido do desenvolvimento, da prioridade ao lucro para a prioridade às necessidades sociais.

É novamente surpreendente, portanto, que a menção a *A formação* tenha sido praticamente nula no debate sobre o legado da Revolução Francesa, e em particular do jacobinismo, que incendiou a historiografia especializada e realimentou paixões políticas em audiências muito mais amplas, tendo como clímax o bicentenário de 1989. Pois evidentemente, já que o centro desse debate *não era* a particularidade francesa do processo revolucionário e de sua vertente mais radical, a análise de seu impacto no centro dinâmico do capitalismo europeu do período estava longe de ser um problema marginal. É bem verdade que autores que tomaram a si a tarefa de defender a revolução e os jacobinos privilegiaram em grande medida o seu impacto externo, e integraram em suas análises a complexa dinâmica entre o desenvolvimento da doutrina política liberal-democrática e os realinhamentos de classe do período (cf. Hobsbawm, 1990; Vovelle, 2000). Deslocaram assim os debates do terreno da problemática estabelecida pelas análises de Furet, nas quais o jacobinismo, com sua mistura de “máquina política e ideologia”, culminaria um processo em que a memória da Revolução como “marco zero” teria estabelecido as condições para o “totalitarismo” (cf. Furet, 1988).

Como Thompson (aqui mais uma vez coincidindo com Polanyi) já havia demonstrado muito antes, a verdadeira máquina ideológica que emergiu desse processo foi o capitalismo de livre-mercado. É sintomático que mes-

mo Hannah Arendt – a quem, talvez pela estranha ausência do conceito de “capitalismo” numa obra de fôlego sobre a histórica dos séculos XIX e XX, esta conclusão parece ter escapado – localizasse apenas na década de 1840, com a resolução dos conflitos abertos em 1789 na forma de “vitória do burguês sobre o cidadão”, a abertura dos caminhos que, a seu ver, teriam desembocado na política totalitária (cf. Arendt, 2004).

Na contramão da história, portanto, coube à classe operária, em seu próprio processo de constituição, catalisar os potenciais democráticos das idéias iluministas. Esse processo mostrava-se tão transparente aos contemporâneos que não era apenas entre os artesãos radicais – como mencionamos anteriormente – que se difundia a compreensão do processo histórico a partir da luta de classes. Como comenta Hobsbawm, pelo menos a partir da década de 1830 ela será compartilhada até mesmo por expoentes do pensamento liberal (cf. Hobsbawm, 1990, pp. 17-46). Classe, portanto, era uma categoria específica para a denominação de uma nova consciência das relações sociais emergente no século XIX, mas que ao mesmo tempo lançava nova luz sobre outras modalidades de processos de polarização que poderiam ser identificados em formações sociais anteriores. Daí a possibilidade do uso mais amplo do conceito, no seu sentido heurístico, discutida por Thompson em “Luta de classes sem classes” (cf. Thompson, 1989).

É essa mesma ponte entre as particularidades do século XIX e processos históricos mais amplos que hoje possibilita a integração das análises thompsonianas em novas metanarrativas, voltadas à compreensão das relações de classe no interior dos processos de desenvolvimento de longo prazo do capitalismo global, que, felizmente, se diferenciam de modelos teóricos anteriores por serem construídas com base nas conclusões de décadas de pesquisa em história social. Como a leitura dos trabalhos recentes de Beverly Silver pode bem ilustrar, *A formação* constitui-se numa peça-chave para essa busca pela articulação de uma nova interpretação abrangente da história dos últimos séculos, na qual o processo de formação de classe seja compreendido em toda a sua complexidade (cf. Silver e Slater, 2001)<sup>13</sup>.

Mas, acima de tudo, o livro é atual porque o processo de expansão do capitalismo não se encerrou. Pelo contrário, próximo a abarcar os limites físicos do globo (cf. Wallerstein, 2001), ele avança voraz sobre a cultura e a vida, nas novas fronteiras abertas pelo cruzamento entre informática, mídia e biotecnologia. E, derrotados mas sempre ressurgentes, os sujeitos coletivos subalternos forjam suas identidades no interior desse próprio processo, de modo criativo e indeterminado, com similaridades marcantes à forma

13. A formulação da hipótese central desse instigante artigo encontra-se na p. 161: “As expansões sistêmicas do comércio e da produção que caracterizaram cada período de hegemonia basearam-se em pactos sociais entre grupos dominantes e subordinados”. Para as referências a Thompson (e a Polanyi), ver pp. 181-185.



como a classe operária inglesa “estava presente ao seu próprio fazer-se” (Thompson, 1987, v. I, p. 9). Compreender a emergência desses novos (e a reemergência de alguns dos “velhos”) atores, identificar os seus potenciais, limites e contradições, localizar com precisão os elementos de continuidade e ruptura que trazem tanto em relação à ordem hegemônica como à tradição histórica de lutas anticapitalistas exigem, mais do que nunca, o equilíbrio entre rigor intelectual e paixão, compromisso político e pesquisa exaustiva, do qual a obra-prima de Thompson permanece um exemplo supremo.

#### Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. (1985), *Teoría, política e historia: un debate con E. P. Thompson*. Madrid, Siglo Veinteuno.
- ARENDT, Hannah. (2004), *As origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- ARRIGHI, Giovanni. (1997), *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Editora Unesp.
- CHAKRABARTY, Dipesh. (1997), “Time of history and time of gods”. In: LOWE, Lisa & LLOYD, David (orgs.). *The politics of culture in the shadow of capital*. Durham/Londres, Duke University Press, pp. 35-60.
- ELEY, Geoff. (2005), *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- FURET, François. (1988), *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HAUPT, Georges. (1985), “Por que a história do movimento operário?”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 5 (10): 208-231, mar./ago.
- HAYEK, Friedrich von (org.). (1954), *Capitalism and the historians*. Chicago, University of Chicago Press.
- HILL, Christopher. (1987), *O mundo de ponta-cabeça*. São Paulo, Companhia das Letras.
- HOBBSBAWM, Eric J. (1987a), “A formação da cultura da classe operária britânica”. In: \_\_\_\_\_. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 251-272.
- \_\_\_\_\_. (1987b), “História operária e ideologia”. In: \_\_\_\_\_. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 17-33.
- \_\_\_\_\_. (1987c). “O fazer-se da classe operária, 1870-1914”. In: \_\_\_\_\_. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 273-297.
- \_\_\_\_\_. (1990), *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo, Companhia das Letras.
- JONES, Gareth Stedman. (1983), *Languages of class: studies in English working-class history*. Cambridge, Cambridge University Press.

- \_\_\_\_\_. (1996), “The determinist fix: some obstacles to the further development of the linguistic approach to history in the 1990s”. *History Workshop Journal*, 42: 19-35.
- JOYCE, Patrick. (1991), *Visions of the people: industrial England and the question of class, 1840-1914*. Cambridge, Cambridge University Press.
- KIRK, Neville. (2004), “Cultura: costume, comercialização e classe”. In: BATALHA, Cláudio H. M., FORTES, Alexandre & SILVA, Fernando Teixeira da. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, Editora Unicamp, pp. 49-70.
- KLEIN, Naomi. (2001), “Reclaiming the commons”. *New Left Review* 9, maio-junho.
- NEGRO, Antonio Luigi. (1996), “Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa”. *Revista Brasileira de História*, 16: 31-32.
- OLIVEIRA, Francisco. (2003), “O ornitorrinco”. In: \_\_\_\_\_. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo.
- POLANYI, Karl. (1980), *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Campus.
- SAVAGE, Mike. (2004), “Classe e história do trabalho”. In: BATALHA, Cláudio H. M., FORTES, Alexandre & SILVA, Fernando Teixeira da. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, Editora Unicamp, pp. 25-48.
- SCOTT, Joan W. (1999), “Women in the making of the english working class”. In: \_\_\_\_\_. *Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press, pp. 68-90.
- SEWELL, William J. (1980), *Work and revolution in France: the language of labor from the Old Regime to 1848*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SILVER, Beverly J. & SLATER, Eric. (2001), “As origens sociais das hegemonias mundiais”. In: ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro, Contraponto/Editora UFRJ, pp. 161-225.
- THOMPSON, E. P. (1981), *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1987), *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 v.
- \_\_\_\_\_. (1989), “La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?”. In: \_\_\_\_\_. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona, Crítica, pp. 13-61.
- \_\_\_\_\_. (1993), “The sale of wives”. In: \_\_\_\_\_. *Customs in common*. London, Penguin (trad. port.: *Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Companhia da Letras, 1998).
- \_\_\_\_\_. (2001) “As peculiaridades dos ingleses”. In: SILVA, Sergio & NEGRO, Antonio Luigi (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros textos*. Campinas, Editora da Unicamp.
- VOVELLE, Michel. (2000), *Jacobinos e jacobinismo*. Bauru, Edusc.
- WALLERSTEIN, Immanuel. (2001), “Democracy, capitalism, and transformation”. Palestra na *Documenta 11*, Viena, 16 de março de 2001, Seção “*Demokratie als unvollendeter Prozess: Alternativen, Grenzen und Neue Horizonte*”, <http://www.binghamton.edu/fbc/iw-vien2.htm>, consultado em 2 de abril de 2006.

WILLIAMS, Raymond. (1979), *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar.

Resumo

*“Miríades por toda a eternidade”: a atualidade de E. P. Thompson*

O artigo reexamina o trabalho clássico de E. P. Thompson, nele identificando elementos relevantes para o estudo do contexto histórico contemporâneo. Critica as abordagens que buscaram sintetizar um “método thompsoniano” em algumas fórmulas do prefácio da obra recorrentemente citadas. Defende ainda que a compreensão do persistente apelo do livro deve ser buscada na análise de sua estrutura narrativa.

Palavras-chave: E. P. Thompson; História social inglesa; Classe operária; Revolução industrial; Cultura operária.

Abstract

*“Myriads of eternity”: the actuality of E. P. Thompson*

The article re-examines the classic work by E. P. Thompson, *The making of the English working class*, identifying many elements relevant to the study of the contemporary historical context. It criticizes those approaches that look to synthesize a ‘Thompsonian method’ in a number of recurrently cited formulas found in the preface to the work. It also argues that the persistent appeal of the book can be explained through an analysis of its narrative structure.

Keywords: E. P. Thompson; English social history; Working class; Industrial revolution; Working class culture.

Texto recebido e aprovado em 11/4/2006.

Alexandre Fortes é professor-adjunto de História Contemporânea do Instituto Multidisciplinar – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: alexfortes@globo.com.